



GOVERNO DE SERGIPE  
AGÊNCIA DE REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
DO ESTADO DE SERGIPE

**CONSELHO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO Nº 02  
DE 29 DE SETEMBRO DE 2015**

Aprova o respectivo Regimento Interno.

**O CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares; e considerando a deliberação adotada em reunião realizada nesta data,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o seu respectivo Regimento Interno, o qual acompanha esta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução, com a devida publicação, entra em vigor a partir desta data.

Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, em Aracaju, 29 de setembro de 2015.

**Carlos Roberto da Silva**  
Presidente



Aracaju, 13 de novembro de 2015, 194º da Independência e 127ª da República.

**BELIVALDO CHAGAS SILVA**  
GOVERNADOR DO ESTADO,  
EM EXERCÍCIO

**Benedito de Figueiredo**  
Secretário de Estado de Governo

CEMA012015

GOVERNO DE SERGIPE  
DECRETO  
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Nomeia membro suplente do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 84, incisos V, VII e XXI da Constituição Estadual; de acordo com o disposto na Lei nº 7.950, de 29 de dezembro de 2014, consolidado pelos arts. 9º, inciso XI "caput", da Lei nº 2.578, de 31 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 3.090, de 22 de novembro de 1991, e 5.057, de 07 de novembro de 2003; e tendo em vista o que consta do Ofício nº 1097/2015, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, resolve

#### NOMEAR

**ANDRÉ LUIZ GOMES DE SOUZA**, CPF nº 787.293.605-44, para exercer, como suplente, as funções de membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, na qualidade de representante das Entidades Ambientalistas não Governamentais, pelo prazo de 02 (dois), a partir de 17 de agosto de 2015.

Aracaju, 13 de novembro de 2015, 194º da Independência e 127ª da República.

**BELIVALDO CHAGAS SILVA**  
GOVERNADOR DO ESTADO,  
EM EXERCÍCIO

**Benedito de Figueiredo**  
Secretário de Estado de Governo

CEMA022015

GOVERNO DE SERGIPE  
DECRETO  
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Nomeia membro titular do Conselho Estadual de Trânsito de Sergipe - CETRAN/SE.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 84, incisos V, VII e XXI da Constituição Estadual; de acordo com a Lei nº 7.950 de 29 de dezembro de 2014, na conformidade do disposto no art. 3º, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 4.543, de 12 de abril de 2002, e tendo em vista o que consta no Ofício nº 1315/2015, de 16 de junho de 2015, resolve

#### NOMEAR

**JOSÉ JOÃO ALBERTO ALMEIDA DO NASCIMENTO**, CPF nº 333.737.284-87, para exercer como titular as funções de membro do Conselho Estadual de Trânsito de Sergipe - CETRAN/SE, na qualidade de representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju - SETRANSP, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Aracaju, 13 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127ª da República.

**BELIVALDO CHAGAS SILVA**  
GOVERNADOR DO ESTADO,  
EM EXERCÍCIO

**Benedito de Figueiredo**  
Secretário de Estado de Governo

CETRAN012015

GOVERNO DE SERGIPE  
DECRETO  
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Licencia, a bem da disciplina,

JRNC.  
26/11/2015

Cabo PM da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do Art. 84, incisos V, VII e XXI, da Constituição Estadual; de acordo com o art. 89, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 33, de 26 de dezembro de 1996, do Código de Organização e de Procedimentos da Administração Pública do Estado de Sergipe; de conformidade com os arts. 84, inciso V, 108, § 2º, inciso III, e 111, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 2.066, de 23 de dezembro de 1976 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe); tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso I, alíneas "b" e "c", da Lei nº 2.310, de 12 de dezembro de 1980; e o exarado no Processo protocolizado sob nº 022.101.00348/2014-1, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, e considerando o entendimento do Parecer nº 1157/2015, da Procuradoria Geral do Estado, resolve

#### LICENCIAR

A bem da disciplina, o Cabo PM **WALTEMISSON ALVES SANTOS**, CPF/MF nº 414.920.135-87, do Quadro de Pessoal Efetivo da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Aracaju, 30 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127ª da República.

**JACKSON BARRETO DE LIMA**  
GOVERNADOR DO ESTADO

**José de Araújo Mendonça Sobrinho**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**João Augusto Gama da Silva**  
Secretário de Estado do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

**Benedito de Figueiredo**  
Secretário de Estado de Governo

JRNC.  
26/11/2015

GOVERNO DE SERGIPE  
DECRETO  
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Licencia, a bem da disciplina, Cabo PM da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do Art. 84, incisos V, VII e XXI, da Constituição Estadual; de acordo com o art. 89, § 1º, inciso II da Lei Complementar nº 33, de 26 de dezembro de 1996, do Código de Organização e de Procedimentos da Administração Pública do Estado de Sergipe; de conformidade com os arts. 84, inciso V, 108, § 2º, inciso III, e 111, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 2.066, de 23 de dezembro de 1976 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Sergipe); tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso I, alíneas "b" e "c", da Lei nº 2.310, de 12 de dezembro de 1980; e o exarado no Processo protocolizado sob nº 022.101.00406/2014-0, da Polícia Militar do Estado de Sergipe, e considerando o entendimento do Parecer nº 5231/2015, da Procuradoria Geral do Estado, resolve

#### LICENCIAR

A bem da disciplina, o Cabo PM **JOÃO FA-RIAS DOS SANTOS**, CPF/MF nº 575.551.685-53, do Quadro de Pessoal Efetivo da Polícia Militar do Estado de Sergipe.

Aracaju, 30 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127ª da República.

**JACKSON BARRETO DE LIMA**  
GOVERNADOR DO ESTADO

**José de Araújo Mendonça Sobrinho**  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**João Augusto Gama da Silva**  
Secretário de Estado do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

**Benedito de Figueiredo**  
Secretário de Estado de Governo

JRNC.  
26/11/2015

Licencia, a bem da disciplina,

## SECRETARIAS Governo

GOVERNO DE SERGIPE  
AGÊNCIA DE REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
DO ESTADO DE SERGIPE

#### CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 02  
DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova o respectivo Regimento Interno.

O CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares; e considerando a deliberação adotada em reunião realizada nesta data,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o seu respectivo Regimento Interno, o qual acompanha esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução, com a devida publicação, entra em vigor a partir desta data.

Conselho Superior da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, em Aracaju, 29 de setembro de 2015.

**Carlos Roberto da Silva**  
Presidente

GOVERNO DE SERGIPE  
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE

#### CONSELHO SUPERIOR

CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA REGULADORA DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE

#### REGIMENTO INTERNO

#### CAPÍTULO I

##### DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 1º - A Administração da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, será exercida por uma Diretoria Executiva, tendo como instância máxima o Conselho Superior.

#### CAPÍTULO II

##### DO CONSELHO SUPERIOR - COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Conselho Superior deve ser composto de 05 (cinco) membros, com as seguintes origens:

I - 03 (três) membros de livre indicação do Governador do Estado; e,

II - 02 (dois) membros de livre indicação da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 3º Os membros do Conselho Superior devem ter mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, e deverão satisfazer, simultaneamente, às seguintes condições:

I - ser brasileiro e residente no Estado;

II - ter reputação ilibada e idoneidade moral;

III - ter experiência comprovada no exercício da função ou atividade profissional relevante para os fins da AGRESE.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Superior farão jus a uma gratificação mensal de 20% (vinte por cento) do subsídio do cargo de Secretário de Estado, a ser fixado por ato do próprio Conselho, com posterior homologação pelo Governador do Estado.

Art. 4º Após a nomeação, o Conselheiro somente poderá perder o cargo antes do término de seu mandato em qualquer das seguintes hipóteses, isolada ou cumulativamente:



I - constatação de que sua permanência no cargo possa comprometer a independência e integridade da AGRESE;

II - condenação judicial transitada em julgado por crime do-  
loso;

III - condenação judicial transitada em julgado por improbi-  
dade administrativa;

IV - rejeição de contas pelo Tribunal de Contas do Estado,  
uma vez confirmada manifesta improbidade administrativa no  
exercício da função, com decisão transitada em julgado;

V - ausência não justificada a 03 (três) reuniões consecuti-  
vas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas por ano.

### CAPÍTULO III

#### DO CONSELHO SUPERIOR - COMPETÊNCIAS

Art. 5º Ao Conselho Superior da AGRESE compete:

I - indicar os membros da Diretoria-Executiva, composta  
por 03 (três) membros, nomeados pelo Governador do Estado,  
por mandatos não coincidentes de 02 (dois) anos, permitida  
uma recondução, a quem compete a execução das atividades  
da AGRESE, dando aplicação às deliberações do Conselho Supe-  
rior;

II - aprovar o Regulamento-Geral da AGRESE e suas pos-  
teriores alterações;

III - aprovar e acompanhar o planejamento estratégico anual  
da AGRESE;

IV - deliberar sobre o plano geral de metas para a universa-  
lização dos serviços prestados pelas entidades reguladas e sobre  
as políticas setoriais, inerentes aos serviços regulados pela  
AGRESE, definidos pelo Governo Estadual;

V - deliberar acerca das atividades de regulação desenvol-  
vidas pela AGRESE;

VI - apreciar os relatórios anuais da Diretoria-Executiva das  
atividades desenvolvidas pela AGRESE e enviá-los ao Governa-  
dor do Estado e a Assembleia Legislativa;

VII - deliberar quanto aos critérios para fixação, revisão e  
reajuste de tarifas;

VIII - requerer informações relativas às decisões da Direto-  
ria-Executiva;

IX - tomar acessível ao público em geral os atos normati-  
vos e as decisões do Conselho;

X - aprovar programa de atividades e plano de metas para  
cada exercício elaborado pela Diretoria-Executiva;

XI - analisar, discutir e decidir, como instância administra-  
tiva superior, as matérias de competência da AGRESE que já  
tenham sido analisadas pela Diretoria-Executiva;

XII - aprovar a proposta de orçamento da AGRESE, a ser  
incluído no Orçamento Geral do Estado;

XIII - julgar como instância administrativa os recursos relati-  
vos a penalidades impostas às entidades reguladas;

XIV - extinguir, intervir, propor declaração de caducidade e  
promover encampação da concessão ou permissão de serviços  
públicos regulado, nos casos previstos em normas legais, regu-  
lamentares ou pactuados;

XV - aprovar o recebimento de legados e doações com  
encargos;

XVI - promover a outorga de concessões e permissões de  
serviços públicos, quando tal competência lhe for conferida pelo  
poder concedente.

### CAPÍTULO IV

#### DO CONSELHO SUPERIOR - FUNCIONAMENTO

Art. 6º O Conselho Superior será presidido por um membro  
do Colegiado, devidamente eleito entre seus pares, por maioria  
simples, para um mandato coincidente com o respectivo tempo  
de investidura na função de Conselheiro.

Parágrafo único. Caso seja reconduzido para a função de  
Conselheiro, também poderá ser reconduzido para a Presidência  
do Colegiado.

Art. 7º Os membros do Conselho Superior serão investi-  
dos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no  
respectivo livro de atas.

Art. 8º - O Conselho Superior realizará ordinariamente uma  
(1) sessão por mês e poderá ser convocado extraordinariamen-  
te, pelo seu Presidente, ou pela maioria dos seus membros, de-  
vendo ser lavrada a ata da reunião na qual constarão as assina-  
turas dos conselheiros.

§ 1º - O Conselho Superior poderá reunir-se com a presen-  
ça da maioria simples de seus membros.

§ 2º - As reuniões serão agendadas com antecedência mí-  
nima de 48 horas, devendo constar da convocação a pauta a ser  
deliberada.

§ 3º - Na ausência do Presidente às reuniões, estas serão  
presididas pelo conselheiro presente com maior idade.

§ 4º - As deliberações do Conselho Superior serão sob for-  
ma de Resolução, pela maioria de votos dos membros presen-  
tes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

§ 5º - As sessões do Conselho Superior serão secretaria-  
das por um servidor público do quadro de pessoal, efetivo ou co-  
misionado, da AGRESE, inclusive os que lhe estejam cedidos,  
a ser indicado pelo Presidente desse órgão colegiado.

Art. 9º - Os Diretores, Assessores, ou Servidores da AGRE-  
SE poderão ser convocados pelo Conselho Superior para reuni-  
ões, todavia, sem direito a voto e a "jeton".

Art. 10 - Ao Presidente do Conselho Superior compete:

I. representar o Conselho, ativa e passivamente, em juízo  
ou fora dele;

II. cumprir e fazer cumprir as disposições aprovadas pelo  
órgão colegiado;

III. convocar os membros do Conselho para as reuniões  
ordinárias e extraordinárias, estabelecendo dia, local e  
horário, presidindo as reuniões;

IV. atender convocação de reunião extraordinária, quando  
assinada por maioria simples dos membros do Conselho  
de Superior;

V. encaminhar processos aos membros do Conselho, por  
ordem de pauta, para que emitam relatórios, ou pare-  
ceres técnicos;

VI. acolher e tomar providências de reclamações dos  
membros do Conselho;

VII. indicar o nome do servidor público que deverá ser de-  
signado para desempenhar as funções de Secretário do  
Conselho Superior;

VIII. desempenhar outras atribuições correlatas.

Art. 11 - Compete ao Secretário do Conselho de Superior:

I. desenvolver todas as atividades de apoio administ-  
rativo do Conselho;

II. assistir ao Presidente e prestar assessoramento aos  
membros do Conselho na elaboração de relatórios e  
pareceres técnicos;

III. receber, protocolar e remeter todos os expedientes e  
processos que digam respeito ao órgão colegiado, to-  
mando de imediato as providências cabíveis;

IV. lavrar as atas do Conselho;

V. ter organizados os arquivos e manter o livro de atas do  
Conselho e o livro de presença de seus membros, sob  
sua guarda e zelo;

VI. manter fichário completo dos endereços necessários e  
úteis;

VII. exercer outras atividades correlatas, de acordo com a  
determinação do Presidente do Conselho Superior.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da  
interpretação deste Regimento Interno serão resolvidos pelos  
membros do Conselho Superior, até que venham ser incluídos  
neste diploma regimental.

Art. 13 - Este Regimento Interno, com a devida publicação,  
entra em vigor a partir desta data.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju (SE), 29 de setembro de 2015.

GOVERNO DE SERGIPE  
AGÊNCIA DE REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
DO ESTADO DE SERGIPE

### CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 03  
DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Elege Presidente do Conselho Supe-  
rior.

O CONSELHO SUPERIOR DA AGÊNCIA REGULA-  
DORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE  
- AGRESE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;  
e tendo em vista a aprovação do seu respectivo Regimento In-  
terno ocorrida data,

### RESOLVE:

Art. 1º. Confirmar o Conselheiro Carlos Roberto da  
Silva como Presidente deste Colegiado, que até então exercia  
a função de modo interino, para um mandato de 02 (dois) anos,  
a contar de 03 (três) de julho de 2015, conforme Decreto de 06  
(seis) de julho de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado do  
dia 07 (sete) de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Resolução, com a devida publicação, en-  
tra em vigor a partir desta data.

Conselho Superior da Agência Reguladora de Servi-  
ços Públicos do Estado de Sergipe - AGRESE, em Aracaju, 29  
de setembro de 2015.

Carlos Roberto da Silva  
Presidente

### Fazenda



#### EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PROCESSO Nº: 016.000.10430/2015-6

OBJETO: Prestação de Serviços de Disponibilização de Infor-  
mações Relativas às Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pú-  
blica Estadual

BASE LEGAL: Inexigibilidade de Licitação - Artigo 25, caput, da  
Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: SERASA S/A

DATA DA RATIFICAÇÃO: 25/11/2015



#### EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

PROCESSO Nº: 016.000.07760/2015-7

OBJETO: Prestação de Serviços, sem custos, de Opera-  
cionalização de Pagamentos Eletrônicos por meio de Ordens Bancá-  
rias-OBN

BASE LEGAL: Inexigibilidade de Licitação - Artigo 25, caput, da  
Lei nº 8.666/93.

CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A

DATA DA RATIFICAÇÃO: 25/11/2015

### Planejamento, Orçamento e Gestão

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO

PORTARIA SEPLAG Nº 4.933, DE 01 DE DEZEMBRO DE  
2015

Altera a modalidade de aplica-  
ção e/ou fonte de recursos em  
grupo de despesa no Orçamen-  
to de 2015.

O Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Ges-  
tão, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, confe-